O GLOBO
Publicado em 30/11/2024 - 05:57

Haddad admite 'corrigir' pacote após Congresso cobrar rigor fiscal

'AJUSTE' NO AJUSTE FISCAL

Haddad diz que pacote não é 'bala de prata' e pode ser corrigido. Dólar fecha a R$ 6 pela 1ª vez

CRISTIANO MARIZ/28-11-2024

FERNANDO DONASCI/18-4-2023

CRISTIANO MARIZ/28-11-2024

"*A questão de isenção de IR, embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora e só poderá acontecer se (e somente se) tivermos condições fiscais para isso. Se não tivermos, não vai acontecer. Mas essa é uma discussão para frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de impostos*"

— **Rodrigo Pacheco (PSD-MG),** presidente do Senado

"*Tenho falado muito com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e há alinhamento com o governo. Se houve alguma surpresa lá, ela foi positiva, inclusive para corrigir distorções do pacote. Podemos abrir o ano legislativo com medidas corretivas. Não há soberba do governo, e ninguém está querendo vender fantasia*"

— **Fernando Haddad,** ministro da Fazenda

"*Qualquer outra iniciativa governamental que implique renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas. Uma coisa de cada vez. Responsabilidade fiscal é inegociável*"

— **Arthur Lira (PP-AL),** presidente da Câmara

JOÃO SORIMA NETO, LAURIBERTO POMPEU E ISA MORENA VISTA
economia@oglobo.com.br
SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO

DECLARAÇÕES ATENUAM ESCALADA DA MOEDA

Após alcançar R$ 6,11 durante o pregão, divisa encerra com novo recorde de fechamento a R$ 6

EDITORIA DE ARTE

Após a repercussão negativa do pacote de corte de gastos apresentado em conjunto com a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que há alinhamento com o Congresso para corrigir distorções. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defenderam medidas de ajuste, mas indicaram que qualquer debate sobre IR deve ficar para o próximo ano e só será viável se houver condição fiscal. As declarações ajudaram a atenuar a escalada do dólar, que chegou a atingir R$ 6,11 durante a manhã, um patamar inédito. Ainda assim, a divisa encerrou o pregão com alta de 0,19% e fechou pela primeira vez a R$ 6.

Haddad participou de almoço promovido pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), em São Paulo. Antes do evento começar, ele se encontrou com banqueiros e explicou detalhes da medida. Foi aconselhado a separar a questão fiscal, considerada o calcanhar de aquiles do governo, de outros temas. A inclusão da isenção do IR no anúncio foi considerada um erro de comunicação. No almoço, Haddad disse que não há soberba em relação ao pacote e que as medidas podem ser corrigidas:

— Tenho falado muito com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e há alinhamento com o governo. Se houve alguma surpresa lá, ela foi positiva, inclusive para corrigir distorções do pacote. Podemos abrir o ano legislativo com medidas corretivas. Não há soberba do governo, e ninguém está querendo vender fantasia.

SEM 'GRAND FINALE'

O ministro afirmou que o conjunto de medidas não é um *grand finale* e repetiu que o problema fiscal do país não será resolvido com uma "bala de prata". O mercado considerou o ajuste insuficiente para equilibrar as contas públicas e teme que a inclusão do IR não seja devidamente compensada pela criação de um imposto mínimo para a alta renda, como propôs o governo. A Fazenda calcula economia de quase R$ 72 bilhões com o pacote, mas analistas veem impacto de pouco mais de R$ 50 bilhões. Segundo Haddad, o papel do governo é superar, explicar e corrigir e, se necessário, pode voltar para a planilha nos próximos três meses.

Pacheco e Lira defenderam medidas de ajuste fiscal, mas não endossaram a isenção do IR, indicando caminho difícil para o projeto.

"A questão de isenção de IR, embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora e só poderá acontecer se (e somente se) tivermos condições fiscais para isso. Se não tivermos, não vai acontecer. Mas essa é uma discussão para frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de impostos", disse Pacheco por meio de nota.

O senador reclamou da preocupação do governo com a impopularidade do pacote. "Em se tratando de política fiscal, é preciso afastar o medo da impopularidade que constantemente ronda a política. Nesse sentido, é importante que o Congresso apoie as medidas de controle, governança, conformidade e corte de gastos, ainda que não sejam muito simpáticas", apontou.

Em uma rede social, Lira afirmou que a iniciativa de mudança no IR só será analisada em 2025 e que responsabilidade fiscal é inegociável:

"Qualquer outra iniciativa governamental que implique renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas. Uma coisa de cada vez. Responsabilidade fiscal é inegociável".

TEBET: 'FUI VENCIDA'

O pacote apresentado pelo governo inclui mudança na regra de reajuste do salário mínimo, pente-fino em programas sociais, idade mínima para aposentadoria de militares, entre outras ações.

A tramitação do pacote de gastos deve começar pela Câmara. Lira disse que a Casa vai analisar as medidas que impedem a aceleração dos gastos de forma célere: "Toda medida de corte de gastos que se faça necessária para o ajuste das contas públicas contará com todo esforço, celeridade e boa vontade da Casa, que está disposta a contribuir e aprimorar."

Haddad disse que a mudança no IR só será votada se for neutra do ponto de vista fiscal:

— Existe um pressuposto com o Congresso sobre essa medida de que ela não será votada se não for neutra do ponto de vista fiscal. Isso significa que não se vai isentar alguém sem ter alguém que pague por essa isenção.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, que participou do almoço, avaliou que houve decisão política em anunciar a isenção do IR.

— Eu mesma fui vencida. É natural da política. Mas o mais importante é que essa isenção, que é para 2026, terá que ser compensada — garantiu.

Gabriel Galípolo, que assumirá a presidência do Banco Central no ano que vem, afirmou que o mercado está "digerindo" as medidas anunciadas pelo governo.

'TAXA CONTRACIONISTA'

Sobre a alta do dólar, ele disse que houve uma discussão no BC se havia algum tipo de disfuncionalidade no câmbio, sem dar detalhes. Na semana, a moeda subiu 3,21%. No ano, a alta acumulada passa de 23%:

— O Banco Central só agirá se houver disfuncionalidade — garantiu.

Perguntado sobre a tendência para a taxa de juros, Galípolo disse apenas que expectativas de inflação não ancoradas são uma fonte de grande desconforto para o banco:

— Se você tem uma moeda mais desvalorizada, e a economia crescendo mais do que o esperado, será preciso ter uma taxa de juros mais contracionista por mais tempo.

Para Alexandre Viotto, gerente de câmbio da EQI Investimentos, as declarações vieram para "apagar o fogo" que a frustração com as medidas causou. Mas o momento é de pressão no BC, com juros hoje em 11,25% ao ano.

— O que deve começar a fazer preço nos próximos dias é a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) — disse. — O fator que pode ajudar a segurar o dólar é a reunião do BC (em dezembro).

Os juros futuros viveram dia de montanha-russa. Os contratos para janeiro de 2026 chegaram a operar acima de 14%, mas encerraram o dia em leve queda, a 13,89%.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Copyright © Clipclap 2025.